



## PARECER JURÍDICO

**Edocs: 2026-G23NM**

**Assunto:** Aquisição de Papel A4, para atender ao Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.

### 1 – RELATÓRIO

Trata-se de solicitação encaminhada à Diretoria Jurídica, em estrito cumprimento à Lei nº 14.133/2021, por meio da qual se requer a **aquisição de papel A4** – papel sulfite branco, com gramatura mínima de 75g/m<sup>2</sup>, formato A4 (210 x 297 mm), com certificação ambiental FSC ou CERFLOR, acondicionado em embalagem plástica BOPP com 500 folhas – nos moldes da referida lei e do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023

Inicialmente, verifica-se o documento CI/GARH/PROCON/Nº011/2026 (peça nº 3) que solicita autorização para a abertura de processo visando aquisição de Papel A4, para atender ao Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/E.

Cumprir informar que, por meio da peça nº 4, houve autorização proferida pela Diretora Geral para abertura de processo para aquisição de Papel A4.

Verifica-se, ainda, o Documento de Formalização de Demanda – DFD (peça nº 6), elaborado em atendimento à fase preparatória da licitação, conforme previsto no inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

O Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 002/2026 (peça nº 8), acompanhado da análise e do mapeamento dos riscos da contratação (Anexo I), foi devidamente elaborado, concluindo, de forma favorável, pela adoção da solução escolhida, por se mostrar adequada ao atendimento das necessidades desta Autarquia.

Ressalte-se que a medida se encontra prevista no edital e está em consonância com as disposições da Lei nº 14.133/2021. O presente estudo evidencia, ainda, que a solução selecionada é técnica e economicamente viável, apta a suprir as demandas desta entidade, além de proporcionar ganhos relevantes em termos de eficiência, eficácia e efetividade.

Em atendimento aos trâmites legais, a Gerência Orçamentária e Financeira prestou as informações pertinentes acerca da dotação orçamentária a ser utilizada para a presente contratação (peça nº 11).

Nos termos do disposto em lei, foi realizada a pesquisa de preços (peças nº12 a nº 19), mapa comparativo (peça nº23), bem como a análise crítica dos preços (peça nº 25) e de forma a atender aos requisitos legais e regulamentares.

Da análise do Termo de Referência nº 002/2026 (peça nº 27), é possível verificar a exposição detalhada do objeto contratual, o parcelamento ou não da contratação, a fundamentação e descrição da necessidade da contratação, descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto, requisitos da contratação, modelos de execução do objeto, modelo de gestão do contrato, critérios de medição e de pagamento, forma e critérios de seleção do fornecedor e forma de fornecimento, estimativo do valor da contratação, adequação







